



Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites

FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco

OLIVO DAMBRÓS

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

O artigo inicia com abordagem teórica sobre a construção de uma proposta de Extensão Rural Agroecológica (ERA), em seguida faz link entre os aspectos teóricos da ERA e dados empíricos de uma ATER em rede, analisando nove projetos de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural desenvolvidos junto a agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado do Paraná. Nesta análise, faz-se um breve histórico sobre o modelo de Extensão Rural até a nova ATER no que se refere à participação das organizações sociais e descreve sucintamente os nove projetos/experiências ressaltando aspectos, como: relação projeto e processo; gestão e organização; formação de equipes de ATER e instrumentos metodológicos utilizados na transição agroecológica dos sistemas familiares, grupais e de comunidades rurais. Por fim, apresenta alguns impactos das ações executadas e conclui destacando avanços e limites para desenvolver uma proposta teórica de Extensão Rural Agroecológica.

Palavras-chave: Extensão Rural Agroecológica. Extensão Rural. Agroecologia.

AGROECOLOGICAL RURAL EXTENSION: EXPERIENCES AND LIMITS

ABSTRACT

The article begins with a theoretical approach on the construction of a proposal of Rural Agroecological Extension (ERA), then links the theoretical aspects of the ERA and empirical data of a network ATER, analyzing nine projects of Technical Accompaniment and Rural Extension developed together to family farmers and settlers of agrarian reform in the state of Paraná. In this analysis, a brief history is made of the Rural Extension model to the new ATER with regard to the participation of social organizations and briefly describes the nine projects / experiences highlighting aspects such as: project and process relationship; Management and organization; Training of ATER teams and methodological tools used in the agroecological transition of family, group and rural community systems. Finally, it presents some impacts of the executed actions and concludes highlighting advances and limits to develop a theoretical proposal of Agroecological Rural Extension.

Keywords: Agroecological Rural Extension. Rural Extension. Agroecology.

EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS E LÍMITES

RESUMEN

El artículo comienza con una aproximación teórica a la construcción de una propuesta de Extensión Rural Agroecológica (ERA), y a continuación, hace el vínculo entre los aspectos teóricos de la ERA y los datos empíricos de una ATER en red, a partir del análisis de nueve proyectos de asesoría técnica y extensión rural desarrollados en conjunto con los agricultores familiares y asentados de la reforma agraria en el estado de Paraná. En este análisis, se hace una breve historia del modelo de Extensión Rural hacia la nueva ATER en lo que respecta a la participación de las organizaciones sociales y describe los nueve proyectos / experiencias destacando aspectos tales como: relación entre el proceso y el proyecto; gestión y organización; capacitación de los equipos de ATER e instrumentos metodológicos utilizados en la transición agroecológica de los sistemas de producción familiares o grupales y los sistemas de las comunidades rurales. Finalmente, se presentan algunas repercusiones de las acciones y concluye destacando los avances y límites para desarrollar una propuesta teórica de Extensión Rural Agroecológica.

Palabras clave: Extensión Rural Agroecológica. Extensión Rural. Agroecología.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce de pesquisas realizadas pelos autores e que foram materializadas em suas teses de doutorado, defendidas, respectivamente em 1998 e em 2014. O texto procura colocar um pouco de luz sobre a proposta teórica de Extensão Rural Agroecológica (ERA) em contraponto à Extensão Rural Convencional que vem sendo praticada no Brasil desde os anos 40 e como esta proposta teórica se concretiza na ação prática da extensão rural, o que se analisa a partir de uma pesquisa realizada no estado do Paraná, cujas experiências estudadas podem ser extrapoladas para a realidade brasileira.

Desde os anos 60 do século XX, a partir da obra *Comunicação ou Extensão?* (FREIRE, 2006), a extensão rural institucionalizada no Brasil, vem sendo objeto de críticas, tanto por se tratar de uma prática autoritária de transferência de tecnologias, como por ser uma ação acrítica frente às realidades socioculturais, ambientais e econômicas dos grupos sociais com quem atuava. Ademais, o modelo de intervenção extensionista priorizou suas orientações a partir da base técnica que conformou os chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

De fato, o que se viu ao longo dos últimos 60 anos foi uma ação extensionista difusionista e excludente, que contribuiu, decisivamente, para a construção da agricultura industrial capitalista, enquanto deixou à margem uma expressiva população rural que se via impossibilitada de adotar as tecnologias recomendadas pelos extensionistas rurais ou, mesmo, impedida de ter acesso ao crédito rural que foi instituído como instrumento de apoio à adoção das tecnologias. Neste segmento de excluídos, encontram-se não só os agricultores de pequeno porte, como também os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos e tantas outras categorias sociais mais empobrecidas do meio rural.

Ao longo do período, a extensão rural brasileira tornou-se alvo de recorrentes críticas à prática extensionista. Entre elas, aquelas que buscavam evidenciar os problemas socioambientais decorrentes da difusão e adoção dos pacotes tecnológicos caracterizados pelos monocultivos baseados no uso de

sementes melhoradas, híbridas e, finalmente, transgênicas, além da mecanização pesada, da irrigação irresponsável e mal conduzida e do uso intensivo de fertilizantes químicos e de agrotóxicos. Na produção animal não foi diferente, saímos de modelos de produção extensiva, para dar suporte a diferentes pacotes de produção intensiva em larga escala, com o uso de raças selecionadas para diferentes finalidades o que implicou no uso crescente de rações (com grande uso de milho e soja) e de toda uma bateria de medicamentos como os anabolizantes, hormônios, antibióticos, etc. Em ambos os casos gerou-se uma intensa subordinação e dependência dos agricultores adotantes das “novas” tecnologias e formas de manejos ao setor agroindustrial.

Portanto, a agropecuária que se tornou hegemônica com o apoio técnico da extensão rural (e, obviamente, da pesquisa agropecuária e do ensino das ciências agrárias) pronto se mostrou insustentável do ponto de vista social e ambiental, sendo uma das causas do êxodo rural massivo ocorrido nos anos 60 e 70, assim como pela diferenciação social hoje presente no campo. Ao mesmo tempo, o modelo de produção agropecuária que se fez dominante trouxe consigo um enorme leque de externalidades negativas do ponto de vista ambiental, como: redução da biodiversidade, extinção de espécies e variedades de plantas e raças de animais, deterioração dos solos agrícolas (erosão, salinização, desertificação), assim como a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, do ar e da comida produzida mediante o modelo tecnológico da Revolução Verde.

Todos os aspectos acima mencionados levaram à introdução de mudanças no discurso extensionista que passou a incorporar a necessidade de mudanças de paradigma, não só quanto à forma de intervenção, cobrando a mudança do modelo difusionista para uma forma de intervenção mais democrática e participativa que incluísse o respeito aos conhecimentos locais (indígenas, tradicionais), como, também, na base tecnológica levada ao campo, reclamando por tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, ecologicamente responsáveis, cultural e socialmente adaptadas, economicamente viáveis para os setores que ficaram à margem da modernização tecnológica e adequadas às especificidades edafoclimáticas dos diferentes ecossistemas e agroecossistemas.

Por outro lado, cabe ressaltar que a partir do anos 1980 a extensão rural se vê enfrentada ao movimento que defendia as agriculturas alternativas que defendiam uma agricultura mais limpa, sem o uso de fertilizantes químicos de síntese e agrotóxicos. Todas as evidências dos problemas antes enunciados e das demandas postas por setores da sociedade encontraram eco no sistema brasileiro de extensão rural de modo que em meados dos anos 80 nasceu um movimento chamado de “repensar da extensão rural” que envolveu não só organizações de representação de agricultores e movimentos sociais, como também a própria entidade de coordenação nacional, à época a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Ficava evidente que o extensionismo rural estatal havia acusado o golpe e reconhecia a necessidade de mudanças em suas práticas.

Não obstante, a extinção da Embrater, em 1990, colocou por terra não só o esforço de democratização das formas de intervenção e de mudanças técnicas que a entidade vinha capitaneando, como desarticulou o sistema de extensão na medida em que cada estado da federação passou a estabelecer suas próprias diretrizes, o que, na maioria das vezes, contribuiu para manter em nível dos estados o modelo

transferencista que vinha sendo criticado, embora os discursos oficiais das entidades públicas de Ater evidenciassem algumas expressões incorporadas a partir dos debates anteriores aos anos 1990, tais como: desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente, metodologias participativas, foco na agricultura familiar, entre outros discursos que apontavam ara mudanças na sua prática.

De todo modo, as mudanças demandadas ao aparato extensionista estavam longe de se concretizar, por diferentes razões, entre as quais, as posições ideológicas dominantes dentro das instituições públicas de extensão rural, notadamente conservadoras, bem como as resistências dos próprios extensionistas formados a partir dos cânones da Revolução Verde (CAPORAL, 1991).

Retomando o debate em torno das mudanças necessárias para que a extensão respondesse positivamente ao que vinha sendo demandado pela sociedade, foi publicado, em 1994, um artigo intitulado Por uma Nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência (CAPORAL; COSTA BEBER, 1994). Nele se fazia um alerta: “Não podemos nos deixar levar pelo imobilismo conservador que continua aprisionando as organizações públicas de extensão rural.” (CAPORAL; COSTA BEBER, 1994, p.70) E se enfatizava que era necessário que a ATER enfrentasse os desafios socioambientais presentes no campo, e, para isso, a extensão rural deveria “revolucionar suas bases teórico-conceituais e seus referenciais metodológicos”, fugindo do modelo convencional, já que para enfrentar estes novos desafios não basta que os extensionistas sejam bons difusores de tecnologias, mas exige que sejam bons mediadores, articuladores e que suas intervenções sejam mais democráticas, dialógicas e participativas.

Nasceria daí a noção de Extensão Rural Agroecológica (ERA), que foi construída a partir da compreensão de que ante os desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão terão que transformar sua prática convencional para que possam atender às novas exigências da sociedade. A crise socioambiental, gerada pelos estilos convencionais de desenvolvimento rural e de extensão, recomendava uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde. Assim, a proposta teórica da ERA foi construída tomando como referência as exigências de uma ação diferenciada de Extensão Rural, que fosse social e ambientalmente responsável (CAPORAL, 1998)¹.

1 Embora hoje muita gente fale e escreva sobre Extensão Rural Agroecológica, sem falsa modéstia, é preciso lembrar que a construção conceitual da ERA foi iniciada pelo autor citado, em 1994 e se consolidou no capítulo VIII de sua tese de doutorado, em 1998.

Concretamente, vai ser somente em 2003 que a Agroecologia como ciência norteadora das ações extensionistas vai aparecer em uma política do governo federal, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).² Posta em marcha em 2004, a Pnater partia das críticas históricas à extensão rural brasileira e incorporava um novo arsenal teórico e metodológico, dando consistência à orientação das ações extensionistas com base em uma política pública. Era a hora de levar à prática a proposta teórica da Extensão Rural Agroecológica (BRASIL, 2004).

Não obstante os esforços no sentido da sua efetivação na prática extensionista, pronto evidenciou-se que havia obstáculos objetivos que dificultavam ou impediam as mudanças nas práticas das instituições públicas de extensão rural. Em um primeiro balanço, evidenciou-se que havia uma força de “inercia” e uma reação interna às instituições, fruto de questões estruturais, políticas, ideológicas e mesmo de formação dos extensionistas que impediam as mudanças. (CAPORAL; RAMOS, 2006). Investigações posteriores confirmaram esta tendência conservadora. (CAPORAL, 2014).

Ademais, para evidenciar empiricamente as dificuldades de implementação da ERA no cotidiano das ações extensionistas foi realizada uma pesquisa no estado do Paraná a qual trouxe evidências sobre os avanços e dificuldades presentes na vida real para colocar na prática das entidades e dos extensionistas o conjunto de recomendações da Pnater, em especial a partir do ano de 2010 quando entrou em vigor a Lei nº 12.188 conhecida como Lei de Ater (BRASIL, 2010).

Assim, neste artigo, além de uma abordagem teórica sobre a proposta de uma Extensão Rural Agroecológica, os autores dedicam uma atenção especial para a análise de experiências concretas de extensão rural levadas à prática em diferentes territórios, evidenciando aspectos positivos e limites objetivos para se por em marcha um modelo de extensão rural diferenciado do convencional, mais democrático, dialógico e participativo e tecnicamente orientado pela Agroecologia.

2 ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

Como visto antes, a proposta teórica da Extensão Rural Agroecológica nasce em um ambiente de mudanças no qual se destaca o paradigma ecológico como um imperativo para os modelos de desenvolvimento rural e da agricultura. Neste contexto, um dos elementos centrais passou a ser a

2 Cabe lembrar que, entre 1999 e 2002, a Empresa de Ater do Rio Grande do Sul, ASCAR/EMATER-RS, desenvolveu um grande esforço no sentido de implementar a proposta da ERA na extensão rural daquele estado, tendo obtido avanços significativos, dentre os quais vale destacar os Seminários de Agroecologia que foram o embrião para a criação da Associação Brasileira de Agroecologia.

busca pela ecologização da agricultura. Esse processo, que foi considerado como sendo a “segunda transição agroecológica” do século XX, se caracteriza, entre outras coisas, pela “politização ecológica”, tanto da agricultura como dos alimentos, de modo que “os movimentos ecologistas e afins passam a exercer uma influência crescente sobre as políticas agrárias e alimentares”. (BUTTEL, 1995, p.11)

Neste marco, nasceu a proposta de desenvolvimento sustentável, expressão que até hoje não logrou alcançar consenso sobre o que é e como se pode chegar a este ideal de sustentabilidade socioambiental. Neste sentido, existem várias tendências e discursos em disputa, cada uma das quais propondo, desde sua posição teórica e ideológica, a perspectiva de “outro estilo de desenvolvimento”, que surge mais como adaptação ou oposição aos modelos convencionais que, propriamente, como uma concepção teórica acabada que pudesse superar a anterior.

Entre as correntes de pensamento sobre a sustentabilidade na agricultura é possível destacar duas que, em nossa opinião, se constituem nos extremos de um processo de ecologização agrícola. Ambas querem garantir “nosso futuro comum” neste planeta finito, ainda que para isso apresentem diferentes alternativas.

Por um lado, encontramos a corrente liberal, “oficialista”, que está preocupada com a manutenção e incremento das taxas de crescimento econômico e da produção e produtividade agrícola, subordinando a estas variáveis os aspectos ambientais e sociais do desenvolvimento, que ficam em segundo plano. Trata-se da chamada alternativa “**ecotecnocrática**” do desenvolvimento sustentável, a qual se faz operativa, quanto ao desenvolvimento agrícola, mediante a proposição de um processo de intensificação verde (SEVILLA GUZMÁN; ALONSO MIELGO, 1995).

A outra corrente que se pode destacar, parte de uma visão crítica e defende que o desenvolvimento para ser sustentável deve atender, entre outros requisitos, os de equidade social, produtividade, estabilidade e sustentabilidade ambiental. Neste caso, aparecem como aspectos fundamentais para esta corrente de pensamento, as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de coevolução do homem com seu meio ambiente; de reconhecimento das diferentes estruturas culturais; da importância da biodiversidade; assim como a necessidade da distribuição da riqueza como alternativa ao crescimento econômico ilimitado.

Dados tais condicionantes teóricos, sua proposta operativa para a agricultura sustentável implicaria na necessária integração, em níveis de igualdade, dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, assim como na observância das variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. Trata-se, neste caso, da perspectiva teórica e conceitual oferecida pela ciência da Agroecologia.

Logo, uma extensão rural que possa contribuir para o desenvolvimento rural mais sustentável deve trabalhar no apoio à implementação de tipos de agriculturas mais sustentáveis, o que não é possível a partir da difusão de pacotes tecnológicos verdes, mas sim seguindo os ensinamentos da Agroecologia e, portanto, tratar-se-ia de uma Extensão Rural Agroecológica.

3 A AGROECOLOGIA COMO BASE TEÓRICA-CONCEITUAL PARA A AÇÃO EXTENSIONISTA

Não se pretende neste texto repetir as bases conceituais e epistemológicas da Agroecologia, mas sim interessa reafirmar que a Agroecologia vem se fortalecendo como uma ciência capaz de contribuir tanto para os estudos do desenvolvimento rural, como para o estabelecimento de uma nova forma de ver e entender o desenvolvimento agrícola na perspectiva da sustentabilidade. O que se deseja aqui é resgatar alguns aspectos que, em nosso entendimento, justificam sua adoção como orientação para a prática da extensão rural.

Para iniciar, cabe recordar que, desde uma perspectiva normativa, a Agroecologia aparece como um conjunto de

[...] ideias ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, cujo conteúdo trata da produção, mas também da sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção ainda que mais estritamente, Agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos de cultivo, tais como as relações entre parasitas e hospedeiros, competições entre plantas, etc. (HECHT, 1989, p.28)

Assim mesmo, se trata de um novo enfoque para o estudo e manejo de sistemas agrícolas e dos sistemas agroalimentares, oferecendo um marco teórico cujo fim é contribuir para a compreensão da insustentabilidade dos modelos de sistemas agrícolas convencionais da Revolução Verde e dos sistemas agroalimentares globalizados instituídos pelas sociedades capitalistas. Este mesmo marco teórico aparece como orientador para os processos de transição no sentido da construção de agriculturas mais sustentáveis.

Na perspectiva da extensão rural e suas práticas, a Agroecologia pode contribuir para a análise dos processos agrícolas de uma maneira mais ampla, ou seja, ver a agricultura desde um enfoque sistêmico, destacando a sustentabilidade inerente aos ciclos naturais e às interações biológicas (ALTIERI, 1995). Mas, além disto, a Agroecologia se constitui como uma disciplina científica orientada ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica, que pretende que o manejo ecológico dos recursos naturais corresponda a um enfoque holístico, de modo que, mediante a aplicação de uma estratégia sistêmica, se possa reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica mediante um controle das forças produtivas, que ataque seletivamente as forças degradantes - de produção e de consumo - causadoras da atual crise ecológica. (SEVILLA GUZMÁN, 1995, p. 24)

Logo, para a abordagem das questões estritamente agrícolas ou agropecuárias e florestais a Agroecologia adota os agroecossistemas como unidades fundamentais de estudo, ademais de entender o agroecossistema como uma unidade onde coevoluem culturas específicas e suas respectivas formas de interação com o ambiente natural, a partir de suas diferentes cosmovisões. Assim mesmo, enfatiza a importância dos componentes de diversidade: biodiversidade ecológica e sociocultural. De igual forma destaca a importância do desenvolvimento local e do conhecimento dos agricultores, que aparecem como a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Assim, como já se demonstrou em outro lugar (CAPORAL, 2016), a Agroecologia pode contribuir para a resolução do quebra-cabeça proposto pelos “Cinco axiomas da sustentabilidade” (HEINBERG, 2007) no que tange à agricultura e ao sistema agroalimentar. Como também já foi demonstrado, a Agroecologia pode contribuir para o decrescimento sustentável na agricultura a partir de ações, práticas e tecnologias que modifiquem os atuais padrões do metabolismo social dominante nas formas industriais de agricultura (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2012).

Esta nova perspectiva teórica não poderia se fazer operativa com base no modelo tradicional de transferência de tecnologias e inovações, adotado pela extensão rural convencional, de modo que uma Extensão Rural Agroecológica seria um instrumento fundamental no campo das políticas públicas capaz de dar suporte a uma transição agroecológica.

Neste sentido, é necessário observar que, desde o ponto de vista agroecológico, os processos de transição lançam mãos dos ensinamentos das ciências agrárias, ainda que se proponha uma forma distinta de intervenção nos agroecossistemas, partindo de uma perspectiva de desenvolvimento local autossustentável, que é oposta ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural e agrícola. Ademais, desde a Agroecologia se propõe a necessidade de mudar a ênfase convencional das ciências agrárias, tendo em conta as interações complexas entre pessoas, cultivos, solos, animais, etc., que têm lugar dentro de cada agroecossistema e de forma diferenciada entre eles.³

Como se pode ver, segundo esta corrente agroecológica, a intervenção extensionista, em apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, deveria seguir uma trajetória distinta daquela que foi seguida tanto pelo modelo difusionista convencional como por aqueles enfoques da agricultura sustentável baseados na “intensificação verde” ou na simples substituição de insumos e práticas ambientalmente arriscadas e agressivas para o meio ambiente por outras mais amigáveis. Isto seria insuficiente para dar conta da resolução ou minimização da crise socioambiental em curso.

Tal trajetória distinta deveria considerar, em primeiro lugar, a noção de sistemas e o enfoque holístico, propostos pela Agroecologia. Isso determinaria a necessidade de uma visão dos agroecossistemas como uma totalidade, o que implica não só na exigência de aproximações inter e intradisciplinares, mas, sobretudo, a necessidade de uma clara consciência sobre a importância dos atores sociais como parte desse todo.

3 Para melhor entender a Agroecologia como alternativa científica aos modelos convencionais de desenvolvimento agrícola basta ver as premissas identificadas por Richard Norgaard ao tratar sobre os aspectos epistemológicos da Agroecologia. (NORGAARD, 1989, p.46-47)

Em segundo lugar, ao reconhecer a existência de uma estreita relação entre a evolução das culturas dos diferentes grupos sociais e de suas relações com ambiente natural leva a que as ações extensionistas deveriam partir de estudos das realidades locais e dos saberes dos grupos sociais ali presentes.

Assim, as premissas acima expostas são claras ao apontar a existência de uma estreita relação entre a evolução da cultura dos grupos sociais e o respectivo estilo de uso dos recursos que ocorre em cada lugar. Isto é, cultura e ambiente se influem um ao outro, permanentemente. Portanto, o estudo de agroecossistemas deve levar em conta estas relações. Ou seja, o processo de coevolução.

Assim, ao contrário dos enfoques convencionais, segundo os quais os extensionistas eram formados para destruir a subcultura camponesa considerada “atrasada” e responsável pelos obstáculos ao progresso (FONSECA, 1985), desde a perspectiva agroecológica, se exige não só o respeito à diversidade cultural como a necessidade de integrar os aspectos culturais, socioeconômicos e ambientais, característicos de cada agroecossistema, no processo de desenho de agroecossistemas mais sustentáveis e de programas e estratégias de desenvolvimento que incluam todos estes fatores.

De igual modo, a ênfase no conhecimento local exige que o saber do extensionista não continue sendo considerado como um saber dominante e o único saber válido. A compreensão de que as sociedades (grupos ou comunidades) desenvolveram um tipo de conhecimento próprio, derivado de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos, faz com que a Agroecologia proponha a reconstrução de sistemas agrícolas tradicionais a partir dos conhecimentos tradicionais acumulados, sem negar a utilidade das ciências convencionais e da integração de novos conhecimentos, isto é, das inovações tecnológicas necessárias para o avanço no sentido de mais sustentabilidade na agricultura.

Assim mesmo, a Agroecologia destaca o papel conjunto que devem jogar agricultores e agentes externos na construção do desenvolvimento e na adaptação de tecnologias adequadas para estas situações locais específicas, de maneira que se restabelece a necessidade de considerar as características de racionalidade próprias que levam os diferentes grupos sociais a imprimirem diferentes estilos de agricultura.

Logo, mesmo em realidades particulares onde os conhecimentos tradicionais já não possuem a importância presente nos conhecimentos de sociedades e grupos com maior “densidade cultural”, entende-se que os conhecimentos locais devem servir aos extensionistas, pelo menos, como hipóteses iniciais de trabalho. Ou seja, parece necessário reconhecer que a ciência formal não é a única forma de conhecimento e que outras formas podem ser tão ou mais importantes que aquela, na hora de estabelecer estratégias de desenvolvimento agrícola e rural.

Em terceiro lugar, cabe destacar a natureza do desenvolvimento proposto pela Agroecologia, começando pelos elementos que oferece para estabelecer-se uma crítica “científica” ao modelo de “modernização” da agricultura, com sua tendência à simplificação tanto da biodiversidade biológica como da diversidade cultural e sua tentativa de homogeneização dos modos de vida e da agricultura.

Neste sentido, os princípios da Agroecologia nos ajudam a consolidar a crítica à extensão rural convencional quando defende que a mudança social deve ser imposta desde fora, normalmente baseando-se nos avanços da ciência e das

tecnologias, que tenta a ruptura das relações e condições de vida de populações que seus ideólogos consideravam atrasadas.

Por outro lado, seguindo a perspectiva agroecológica, a extensão rural deveria tratar de potencializar estilos de desenvolvimento endógeno, ou seja, potencializar o uso dos meios e recursos disponíveis localmente, assim como os elementos relativos às formas históricas de organização, e a potencialidade dos elementos culturais, sociais, político e econômicos já existentes.

Deste modo, as estratégias de uma Extensão Rural Agroecológica não podem orientar-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, de produção e de produtividade. Ao contrário, devem assumir uma orientação pluridimensional, que inclua os desejos e necessidades de mudança das condições econômicas dos diferentes grupos e que, ao mesmo tempo, possa garantir a segurança alimentar, melhores níveis de educação, de saúde e de bem estar social, sem menosprezar aspectos relativos à busca por mais equidade social e de gênero, que devem ser tratados transversalmente como parte do processo de transição agroecológica.

Trata-se, pois, de um enfoque capaz de contribuir, efetivamente, para que a extensão rural possa atuar na construção de outros estilos de desenvolvimento. Isto não significa nenhum retrocesso, como pensam alguns, senão que se trata de implementar processos que correspondam às dimensões econômica, ambiental, social, cultural, política e ética da sustentabilidade.

De todo o exposto até aqui, pode-se concluir que a adoção do enfoque agroecológico é um caminho importante na mudança da extensão rural se deseja caminhar na direção a uma Extensão Rural Agroecológica.

4 SOBRE O CONCEITO DE EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

Historicamente, a extensão rural foi entendida como, uma deliberada intervenção, de natureza pública ou privada, num espaço rural dado (uma propriedade, uma fazenda, uma comunidade, um povoado, uma microbacia hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos, ou por indivíduos do próprio meio, que seria orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril ou em outros processos de natureza social, cultural e econômico, inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Trata-se, pois, de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo através de um processo comunicativo que envolve inúmeros atores, possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder.

Este, sem embargo, é um conceito insuficiente ao ser examinado à luz das novas propostas do desenvolvimento sustentável, da agricultura sustentável e da Agroecologia. Assim, a partir de nossas pesquisas, concluiu-se sobre a necessidade de superar a noção convencional de extensão rural introduzindo em seu conceito elementos relativos aos objetivos de equidade e de sustentabilidade.

Desde a perspectiva ecotecnocrática, antes enunciada, provavelmente bastaria acrescentar ao conceito acima exposto, a expressão “mudanças sustentáveis”, para dar à atividade extensionista uma nova imagem. Entretanto, desde uma perspectiva agroecológica, orientada a transição a estilos de

desenvolvimento e de agricultura mais sustentáveis, se necessita ter em conta um conjunto de aspectos complementares e explicativos. Neste sentido, construiu-se o conceito de Extensão Rural Agroecológica ou “extensão ecosocial”⁴, como uma contribuição para o avanço dos estudos e das práticas extensionistas. O novo conceito nasce a partir de algumas palavras-chave que foram encontradas repetidas vezes na investigação (CAPORAL, 1998), as quais apareciam de forma reiterada nos discursos extensionistas e na bibliografia consultada. A apropriação destas palavras permitiu construir o conceito abaixo:

a Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 1998).

Trata-se de um conceito mais amplo do que aquele que vimos anteriormente, já que inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e implica reconhecer a existência de diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e de implementação de agriculturas mais sustentáveis. Ademais, recomenda que o manejo dos recursos naturais e a adoção de opções tecnológicas sejam entendidos no marco de processos de natureza construtivista, o que implica na necessidade de pesquisa, aprendizagem e ação e que, portanto, devem ser respeitosos para com as pessoas e suas condições objetivas, seus interesses e necessidades. Assim mesmo, o enfoque agroecossistêmico e a importância que dá aos sujeitos sociais conduzem a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento local.

4 A expressão “extensão ecosocial” é utilizada por Sánchez de Puerta (1996), para quem este é um dos “tipos ideais integrados de extensão agrária”. Como “tipo ideal” o autor entende que se trata de um enfoque mais adequado para agências não governamentais, o que não corresponde com o que está ocorrendo na prática concreta, onde agentes do setor público e algumas organizações passaram a adotar as características deste enfoque.

Segundo Caporal (1998), “a adoção de tal conceito, ademais, pode contribuir para fortalecer os processos de resistência que caracterizam as lutas históricas dos camponeses, frente às tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no campo.” Não obstante, segundo o mesmo autor, sua aplicação exige algumas condições nem sempre presentes na extensão rural, como, por exemplo:

- a) A necessidade de imersão do agente: a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade, só é possível se o agente de extensão pudesse dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isto não é compatível com a busca de resultados imediatos em termos de aumentos na produção e produtividade, que caracteriza os objetivos centrais da extensão rural convencional.
- b) O resgate do conhecimento local: para que isso seja possível, é necessária a adoção de metodologias adequadas, que não sejam as metodologias tradicionais utilizadas pela extensão. Assim mesmo, estas devem ajudar no estabelecimento de uma plataforma de negociação, criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico, de modo que se identifique um conjunto de possíveis alternativas de mudança em direção à sustentabilidade que sejam compatíveis com as condições econômicas, ecológicas e culturais encontradas em cada agroecossistema.
- c) Participação como direito: a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes acha que é necessária. Participação, no caso da Extensão Rural Agroecológica, deve ser entendida como um direito e implica na horizontalidade da comunicação e na igualdade de oportunidades para expressar opiniões, selecionar opções possíveis, estabelecer estratégias e caminhos mais adequados e desenvolver as ações de forma conjunta, o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos.
- d) O processo educativo: uma Extensão Rural Agroecológica deve garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos e favorecer o empoderamento dos comunitários, de modo que os atores participantes vejam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva, inclusive junto à sociedade maior. Já não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente que sabe a um agricultor que não sabe, senão que a ERA deve ser entendida e praticada como um processo que permita desenvolver os conhecimentos e ter acesso a informações suficientes que permitam a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade e das estruturas de dominação pelas quais se vêm afetados. Para isso, será indispensável potencializar o diálogo de saberes. Cabe ao extensionista, além de seu papel como técnico, um importante papel como animador e problematizador.
- e) Sistematização das experiências: o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas em terreno passa a ser um processo indispensável, tanto para facilitar sua socialização entre os membros de cada grupo, como para futuras avaliações. Assim mesmo, é necessário conhecer e sistematizar informações sobre os recursos internos disponíveis e suas possibilidades de uso,

assim como os obstáculos externos que devem ser superados. Na nova perspectiva da ERA já não basta o registro referente à adoção de tecnologias e práticas difundidas como ocorre na extensão rural convencional, mas sim o registro dos caminhos trilhados e dos resultados alcançados, de forma a construir bases para novos avanços em direção à sustentabilidade.

Estes e outros elementos que poderão ser evidenciados ao logo dos processos de transição serão centrais para que a proposta teórica da Extensão Rural Agroecológica possa vir a ser materializada nas ações concretas do extensionismo rural.

5 SOBRE OS PROJETOS/EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA DESENVOLVIDOS NO ESTADO DO PARANÁ

A sistematização aqui apresentada tem origem na trajetória da Educação Popular desenvolvida por ONGs e movimentos sociais com atuação predominante no Sudoeste do Paraná. Relata a ação prática de 09 (nove) experiências de ATER Agroecológica desenvolvidas nesse estado no período de 2003 a 2014 destacando avanços e limites encontrados para a implementação de uma proposta de Extensão Rural Agroecológica.

Os projetos estudados envolvem mais de dez mil famílias, organizadas em centenas de grupos e comunidades rurais, apoiadas por entidades e organizações locais de aproximadamente cem municípios de quase todas as regiões do estado do Paraná e atuação direta de 150 agentes de ATER de formação diversa, majoritariamente, das ciências agrárias.

Com exceção do Projeto de Inclusão Social que teve apoio de ONGs internacionais, todas as demais experiências de Ater Agroecológica foram desenvolvidas com recursos públicos do Governo Federal financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Descrição resumida dos projetos de ATER Agroecológica

Descrevem-se, abaixo, de forma sucinta, os nove projetos de ATER estudados, considerando, principalmente, o período em que foi executado, sua abrangência, a metodologia utilizada, os conteúdos, os objetivos, a origem dos recursos e as parcerias construídas.

Projeto de ATER para inclusão social

Desenvolvido durante cinco anos (abril de 2003 a abril de 2007), nas regiões Sudoeste, Centro, Vale da Ribeira e Oeste do Paraná, contemplou 1300 famílias articuladas em 120 grupos familiares, distribuídas em 55 municípios do estado. O trabalho de animação e gestão do Programa de Inclusão Social em cada região ficou a cargo de quatro entidades, ou seja: Associação de Produtores Orgânicos (AOPA), na região Metropolitana e Campos Gerais; Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU), na região Sudoeste; FORUM OESTE da Agricultura Familiar, na região Oeste do Paraná e a Fundação de Estudos Rurais e Ecologia (RURECO), na região Centro Oeste do Paraná.

Atuaram nesse projeto 60 profissionais das áreas das ciências agrárias e afins, definidos a partir da indicação das entidades locais nos seus respectivos

municípios. A coordenação operacional coube a um Conselho Gestor formado por representantes de cada uma das entidades coordenadoras regionais. Todos os coordenadores assim como os Agentes de ATER eram definidos pelos seus respectivos fóruns de Entidades da Agricultura Familiar. As principais parcerias foram as Cooperativas de Crédito e Interação Solidária (CRESOL), as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAFs), as Cooperativas da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e algumas prefeituras. O objetivo principal foi apoiar a inclusão social de famílias empobrecidas e a sua participação nos processos de desenvolvimento local. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração. Os recursos para desenvolver as ações eram provenientes de uma ONG da Bélgica denominada de TRIAS, disponibilizados de maneira prática e ágil e fiscalizados por auditorias permanentes do Governo Belga. Havia um valor determinado para os serviços de ATER por família (em torno de 300 reais), e complementado pelas organizações locais o que chegava a um total aproximado de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por família.

Projeto de ATER cooperativada do Sudoeste do Paraná

Foi uma continuidade do programa de Inclusão Social desenvolvido de 2007 a 2009. Envolveu 1.500 famílias em 100 comunidades rurais de 30 municípios do Sudoeste. Atuaram no projeto, 30 agentes locais de ATER, quatro agentes de ATER microrregionais (coordenadores) e um coordenador geral. Foram elaborados 1.500 (um mil e quinhentos) Planos de Transição Agroecológica dos sistemas de Produção Familiar, 100 (cem) Planos Comunitários de Desenvolvimento e 04 (quatro) Planos Municipais de ATER. O projeto teve como proponente a Cresol Base Sudoeste. Contou com a parceria da mesma rede de entidades criada no programa de Inclusão Social, articulado por um Conselho Gestor, somado mais três cooperativas de ATER (Coopermarrecas, Cooperpinhais e Cooperfronteira), todas constituídas a partir do programa de Inclusão Social. Os recursos foram provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e complementados pelas organizações locais da Agricultura Familiar. O objetivo principal foi desenvolver ações junto às unidades familiares da agricultura familiar cooperativadas do Sudoeste do Paraná e os principais conteúdos eram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização.

Projeto de ATER cooperativada no estado Paraná

Este projeto foi uma extensão do que havia sido construído no Sudoeste do Paraná, agora expandido para o Estado. Teve a coordenação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná (UNICAFES) e da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste. Desenvolveu-se em 55 municípios do Paraná, situados nas regiões Sudoeste, Oeste, Centro, Norte, Sul e Vale do Ribeira, com ações de desenvolvimento técnico e social junto a 4.400 famílias de agricultores familiares. Atuaram no projeto, 55 Agentes Locais de ATER, 12 Agentes de ATER regionais com a função de Coordenar as Equipes, ambos vinculados as Cooperativas de ATER de cada região. À Agência de Desenvolvimento Regional coube o papel de fazer a gestão, apoiada politicamente por um Conselho Gestor, formada por uma REDE de entidades da agricultura familiar, vinculadas à Cresol Baser, ao Sistema de Cooperativas de Leite - SISCLAF, à Central das

Cooperativas de ATER - CENATER e à Central das Cooperativas de Comercialização - Coopafi Central. O objetivo do projeto foi desenvolver ações de ATER junto às unidades da agricultura familiar cooperativada do Paraná. Os conteúdos orientadores das ações foram à transição ecológica dos sistemas produtivos, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar em especial as cooperativas solidárias, a construção de alternativas de renda que substituam o cultivo do fumo, assim como a produção de alimentos saudáveis na perspectiva do abastecimento das demandas institucionais, em especial, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Projeto de ATER junto a assentados - Sudoeste/PR

Este projeto de ATER foi financiado com recursos do Programa de Consolidação de Assentamentos do MDA e foi executado pela Cooperiguaçu, de 2004 a 2007, no Assentamento Nova Fartura, localizado no município de Saudade do Iguaçu, região Sudoeste do Paraná. Envolveu 168 famílias de 12 grupos de famílias, em 04 comunidades rurais, com a participação efetiva de 04 Agentes de ATER. Teve como parceiros a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saudades do Iguaçu. O objetivo principal foi desenvolver ações de acompanhamento técnico junto às famílias assentadas. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica dos sistemas agrários, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização.

Projeto de ATER com assentados da região Centro-oeste do PR

Este projeto foi desenvolvido junto aos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, ambos localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, Região Centro do Estado do Paraná, no período de 2008 a 2011, com recursos do MDA via convênio do Programa de Consolidação de Assentamentos. Envolveu 1.600 famílias assentadas da reforma agrária pertencentes a 29 comunidades rurais, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Atuaram 18 agentes de ATER. O objetivo principal foi desenvolver ações de desenvolvimento técnico e social junto às famílias assentadas da Reforma Agrária. Os principais temas trabalhados foram: melhoria da infraestrutura dos assentamentos, aplicação do “Pronaf A”, elaboração de planos de transição agroecológica dos sistemas familiares de produção, práticas ecológicas de sementes crioulas, adubação verde, sistema de produção de leite a pasto e outras. Teve como parceiros as Associações dos Agricultores dos Assentamentos (ACACIA-ACANF), o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) e a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), de Laranjeiras do Sul.

Projeto “ATER em rede” do território da cidadania no Vale Ribeira – PR

O projeto foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através da modalidade de financiamento denominada “Chamada Pública de ATER”. Teve início em final de 2010 com previsão de encerrar em 2011, mas foi finalizado em 2012. Envolveu 900 famílias articuladas em 70 grupos localizados em seis municípios do Vale do Ribeira/PR e contou com a atuação direta de uma equipe formada por 12 agentes de ATER, apoiada por assessoria externa. Executado pela Cooperiguaçu em parceira com as cooperativas de crédito (Cresol) e de Comercialização (Coopafi, de

Cerro Azul), AOPA, Aprotunas – APRAF - Associação Rio Sul (ambas associações comunitárias de agricultores), Secretaria de Agricultura de Cerro Azul, Prefeitura de Adrianópolis, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o Departamento de Estudos Rurais (DESER). O objetivo principal foi desenvolver ações de acompanhamento técnico junto às unidades familiares visando criar alternativas para mitigar a migração da mão de obra do campo para os centros urbanos, ampliar a diversificação produtiva das unidades familiares, melhorar a renda familiar, ampliar a articulação e organização das entidades da agricultura e reivindicar melhoria das condições de infraestrutura básica (estradas, saúde e educação) para a população do campo que vive na região do Vale do Ribeira.

Projeto de ATER nos assentamentos da região Centro-oeste do PR

Iniciado em 2011, o projeto se desenvolveu junto aos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves, no Município de Rio Bonito do Iguaçu. Envolveu 1.300 famílias e contou com a participação direta de 13 agentes de ATER da Equipe técnica do CEAGRO. O objetivo central foi de construir de forma coletiva, ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, com segurança alimentar e inserindo as famílias no processo de produção e comercialização integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional e articulado na organização de um Núcleo de Agroecologia da Rede ECOVIDA. Os temas desenvolvidos contemplaram a produção de alimentos saudáveis e comercialização junto ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), participação social, conscientização sobre reforma agrária, proteção do meio ambiente, valorização da cultura camponesa e produção familiar e ecológica.

Projeto de ATER com assentamentos do Noroeste/PR

Esta experiência se refere à chamada pública editada pelo INCRA/MDA. O projeto iniciou em 2011 e foi interrompido pelo INCRA em 2016 no processo de mudança do governo Federal por ocasião do “impeachment” da então presidente Dilma Rosseaf. Contemplava 310 famílias moradoras em três municípios: Querência do Norte, Xambre e Planaltina do Paraná. Participaram desse projeto três agentes com formação nas ciências agrárias. Dentre as organizações, parceiras destacam-se os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), e as Secretarias municipais das Prefeituras. Os temas desenvolvidos foram a transição agroecológica, a formação e organização social.

Projeto de ATER com assentamentos do Norte Pioneiro/PR

Esta experiência se refere à chamada pública editada pelo INCRA/MDA. Foi executada pela Cooperiguaçu e teve como objetivo principal o desenvolvimento técnico e social em Assentamentos de Reforma Agrária na região denominada de Norte Pioneiro do Estado do Paraná. O projeto iniciou em 2011 e se desenvolveu até 2016 quando foi interrompida, devido à mudança do governo Federal por ocasião do “impeachment” da então presidente Dilma Rosseaf. Abrange 900 famílias, localizadas em 10 municípios. Participam das ações de forma direta 10 (dez) Agentes de ATER das áreas de Ciências Agrárias e afins. Nas parcerias destacam-se os

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o Movimento dos Sem Terra e algumas secretarias municipais de Agricultura.

A partir dos estudos vivenciados desses projetos/experiências de ATER investigados, descrevem-se a seguir algumas percepções sobre avanços e limites na perspectiva de construção de uma ATER orientada pelos princípios da Agroecologia e que contribua no desenvolvimento local.

Avanços e limites analisados nos projetos de ATER Agroecológica

A análise dos avanços e limites para a construção de uma ATER Agroecológica considerou alguns temas relevantes observados no estudo dos projetos descritos acima. Entre eles, destacamos: 1) a gestão dos projetos/experiências de ATER; 2) a formação e estruturação das equipes de ATER; 3) a relação/interação entre projetos e processos; 4) articulação entre executoras de serviços de ATER e organizações locais; e, 5) os instrumentos metodológicos de apoio as ações de campo. Ressalte-se que estes temas e considerações dos autores estão fundamentados nas informações oriundas de fontes relacionadas a cada projeto desenvolvido e através da observação participante por um dos autores.

Em relação à gestão dos projetos/experiências de ATER

Apesar das diferenças entre regiões e públicos trabalhados a gestão dos projetos, de forma geral, seguiu orientação dos colegiados de entidades regionais, microrregionais ou locais da agricultura familiar e assentados da reforma agrária. O envolvimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, cooperativas de economia solidária, organizações não governamentais - ONGs e associações comunitárias, na gestão, foi importante, porque acrescentaram-se novas sugestões e críticas aos projetos de ATER. Também, observou-se que aumentou a corresponsabilidade destas em relação ao sucesso ou fracasso das ações em seus respectivos locais e empoderou as organizações envolvidas que passaram a sentir-se parte do processo.

Entre os limites encontrados na gestão dos projetos conveniados, um dos mais importantes se refere ao acesso dos recursos para desenvolver estas ações. Ainda são poucas as fontes financiadoras para projetos com essa concepção. O maior financiador ainda é o governo federal que, entre outras questões limitantes, não dispunha de uma legislação clara sobre repasses de recursos à sociedade civil. Por essa e outras razões houve muitos impasses durante a execução dos projetos acarretando atrasos frequentes na liberação dos recursos para o custeio das ações e interrupções dos mesmos por várias vezes.

Sobre a formação e estruturação das equipes de ATER

As equipes de ATER eram compostas pelos agentes locais de ATER, coordenadores de equipe, profissionais de apoio técnico e articulador geral do projeto, ambos sob a liderança política de Conselhos Gestores formados pelas entidades da Agricultura Familiar e/ou assentados da reforma agrária daquele local, juntamente com a entidade/empresa executora.

A seguir são apresentadas características de cada componente da referida equipe. a) Agente local de ATER desempenhou o papel de animador e organizador local. Na equipe exercia a função de orientar a construção de demandas das

famílias, grupos e comunidades rurais; b) Coordenadores de equipes de ATER: no geral são dirigentes locais ou técnicos liberados por uma das entidades parceiras das entidades que acompanham e encaminham as demandas levantadas pelos Agentes de ATER; c) Profissionais de apoio: por formação e/ou função, têm acúmulo técnico e focam suas ações de modo setorial: leite, comercialização, crédito, sementes, educação, saúde, etc. Esses profissionais, geralmente, eram de nível superior ou com “notório saber” e responsáveis diretos pela formação dos agentes e apoiadores de atividades afins, demandadas pelas famílias e suas organizações; d) Articulador geral do Projeto: a função do articulador era fazer a ponte entre as equipes de ATER e as organizações que compunham o Conselho Gestor.

É importante esclarecer que esse formato de equipe de ATER foi possível em apenas projetos financiados por ONGs e pelos convênios com o governo federal antes da Lei de ATER (Lei nº 12.188/2010). Após 2010 quando aquela Lei entrou em vigor, esse formato de equipe se tornou inviável. A Lei exige que os profissionais tenham registro em seus respectivos conselhos de classe e dificilmente podem ser definidos pelas organizações locais porque já fazem parte orgânica de entidades executoras destes serviços.

Sobre a relação/interação entre projetos e processos

Como a maioria das experiências analisadas foi financiada por projetos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), evidenciam-se algumas dificuldades resultantes, principalmente, das condições predeterminadas para o possível financiamento e até mesmo de condições construídas na elaboração dos projetos. Um dos limites significativamente relevantes foi a desconexão do tempo de execução do projeto e o tempo dos processos que envolvem a ação extensionista.

Os projetos têm um tempo cronológico determinado, com poucas possibilidades de ajustes em seu tempo de execução. A maioria deles tiveram a duração prevista de um ano e não foi possível a obtenção de recursos para sua continuidade. Como as organizações (cooperativas, ONGs, ou outras entidades da agricultura familiar) realizam grande parte de seus trabalhos através de projetos, acabam dependendo da disponibilidade de recursos para continuar as ações, de modo que quando cessam os repasses, os projetos são param e se tornam descontinuados.

Sobre a formação de redes locais para desenvolver ATER

Um dos maiores limites encontrados no processo para a construção de uma proposta de ATER Agroecológica consiste na dificuldade de integrar as organizações locais em rede. A percepção que se teve é que mesmo próximas em termos de história e articuladas informalmente em um mesmo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar ou camponesa, ainda guardam reservas entre si e têm dificuldades de se perceberem como partes de um projeto comum. Entretanto, quando foi possível essa articulação, como ocorreu no Projeto de Inclusão Social, as redes locais de ATER tencionaram o poder público a atender demandas planejadas e encaminhadas coletivamente, muitas delas historicamente reivindicadas. Ficou evidente a força de pressão social que as redes locais de entidades exercem sobre o

poder local. Em vários municípios e comunidades rurais passou-se a incluir as famílias rurais menos favorecidas em processos de desenvolvimento local, em democratizar as políticas públicas e orientar recursos que, mesmo escassos, surtiram grande efeito em localidades carentes.

Instrumentos metodológicos de planejamento às ações de ATER

Os instrumentos metodológicos de planejamento participativo foram fundamentais na execução dos projetos de ATER Agroecológica principalmente quando se tratava de ações que envolviam as práticas de campo. Estes instrumentos incorporam importantes condições e dimensões estratégicas, como o protagonismo coletivo, a decisão da família, a visão sistêmica e a perspectiva transformadora da realidade e da sociedade.

Um dos limites encontrados foi a maior dificuldade de adotar estes instrumentos após a Lei de ATER porque, na sua maioria, as metodologias vinham pré-definidas nas Chamadas Públicas. Dessa maneira, apenas os planos comunitários/ou de assentamentos e os planos familiares foram exercidos em todas as experiências, já os planos municipais foram assumidos apenas em um dos projetos estudados.

Os principais instrumentos metodológicos utilizados nos projetos foram: a) Os Planos de Vida e Produção Familiar, que se mostraram bastante efetivos para o diagnóstico, planejamento e avaliação dos sistemas de produção, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de transição agroecológica. Neste sentido, o uso de desenhos/croquis se mostrou uma ferramenta adequada ao forte senso prático dos (as) agricultores (as), pois fortalecem a visão e o desenho que eles (as) já têm “em mente” e proporcionam uma visão sistêmica do todo da unidade de produção, incluindo as atividades produtivas, aspectos ambientais, estrutura, localização, etc.; b) Os Planos comunitários (grupais e Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDAs) permitem resgatar e entender a história a partir da experiência das pessoas junto aos locais de vivência coletiva habitual, que são as festas locais, jogos de final de semana, locais de encontros de lazer e debates sobre a realidade no seu dia a dia. Em geral, as propostas dos Planos Comunitários incorporaram aquelas dos Planos Familiares dando-lhes uma amplitude maior. Assim, por exemplo, se em nível do Plano Familiar a demanda trata de organização da produção leiteira como uma questão de filiação do produtor à Cooperativa de Leite da Agricultura familiar (CLAF), em nível do Plano Comunitário, a mesma refere-se à necessidade de organizar um serviço de coleta para o transporte da produção leiteira. Por conseguinte, existe, de modo geral, uma correspondência entre os Planos Familiares e os Planos Comunitários; c) Os Planos Municipais de ATER Agroecológica foram elaborados como experiências piloto factíveis de serem realizadas naqueles municípios onde o contexto político fosse favorável com boa relação entre o governo local e as entidades da agricultura familiar e principalmente entre estas. Embora se previsse desencadear um processo mais amplo, esse instrumento, só ocorreu em poucos municípios.

Para a execução financeira dos planos municipais, foram constituídos fundos virtuais que permitiam a aplicação de recursos variáveis para uma mesma conta bancária. Assim, enquanto algumas entidades aplicavam recursos em espécie,

outras emprestavam um carro, outras uma sala e assim por diante, permitindo a participação de diferentes atores e dentro de suas possibilidades reais.

O maior limite para a construção de Planos Municipais de ATER Agroecológica foi a falta de compreensão do trabalho compartilhado. Enquanto estava na fase de diagnóstico e planejamento a participação e construção coletiva era animada, mas ao chegar no momento operacional, cada entidade voltava a cuidar de suas ações e poucas restavam para cuidar do processo. A maioria abandonava a construção coletiva.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As conclusões que seguem pretendem abrir caminhos a outras reflexões sobre a construção na prática de uma ATER que se oriente pela Agroecologia e que valorize e reconheça um Brasil Rural de muitas etnias, saberes, organizações locais e comunitárias, historicamente relegadas pela sociedade urbana-industrial.

De forma geral, os projetos estudados permitem afirmar que o exercício da superação da Extensão Rural Convencional rumo a uma Extensão Rural Agroecológica ainda encontra muitos limites para sua implantação de forma massiva. A pressão cotidiana do modelo agroquímico e industrial com sua multiplicidade de atores e propulsores (mídia, lojas agropecuárias, técnicos vendedores, técnicos de empresas integradoras), aliado à presença maciça de técnicos do estado defendendo uma ATER convencional se tornaram obstáculos desafiadores para essa transição.

Outros limites encontrados que dificultaram a construção da ATER Agroecológica foram o engessamento metodológico dos projetos financiados pelo governo federal; a distância entre governos e sociedade civil, principalmente em nível local; a falta de pesquisa oficial que oferecesse subsídios para apoiar a transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis; e a falta de capacidade técnica instalada com formação para atuar segundo o enfoque agroecológico.

Ainda em relação à metodologia, um limite encontrado foi o processo utilizado para monitorar e avaliar as ações dos projetos de ATER estudados. Nas avaliações realizadas pelo governo federal a verificação é feita pelos meios (métodos, cadastros realizados) e não pelos resultados alcançados. Os gestores públicos, principalmente dos projetos financiados através de Chamadas Públicas de ATER, se restringem a avaliar ações pontuais de como o número de participantes nas atividades, o número de reuniões, oficinas e seminários realizados. Não se observou avaliações de resultados junto às famílias de agricultores e suas organizações, como a realização de feiras ecológicas, o aumento da produção de alimentos orgânicos, o fortalecimento das pequenas cooperativas e outros resultados concretos alcançados pelas ações dos projetos.

Sobre o debate de questões de gênero e geração é possível afirmar que houve avanços nos projetos estudados. A participação das mulheres como sujeitos sociais desde a sua inclusão nas metas específicas das Chamadas Públicas e demais projetos de ATER desenvolvidos, até a presença delas nas ações de campo dessa política pública mostrou que mulheres e jovens tiveram espaço, embora ainda tímido e distante de conseguir mudanças concretas de protagonismo feminino nos processos.

Outro importante avanço constatado foram as articulações em rede que a proposta de ATER Agroecológica gera. Percebeu-se como uma via de duas mãos: tanto as redes locais contribuem para avanços na construção de ATER Agroecológica, como o tema da Agroecologia tem grande efetividade para aglutinar organizações. É possível afirmar que essa aglutinação cumpre um papel importante no tensionamento e redirecionamento de políticas públicas locais para a promoção da agricultura ecológica e do desenvolvimento sustentável.

As financiadoras destes serviços de ATER, principalmente com nova base tecnológica são muito restritas. Até final de 2015 o maior financiador era o governo federal. A partir do “impeachment” de Dilma Rosseaf o governo que assumiu ainda não liberou financiamentos no marco da política pública de ATER. O que se observa são alguns editais muito restritos que envolvem Universidades e outros entes públicos, mas distantes de recuperar as ações que estavam curso no governo anterior.

Por fim, uma das conclusões mais importantes que em momentos se caracterizou como avanço e em outros se constitui num desafio estratégico, se refere à gestão dos serviços de ATER. Foram impactantes as diferenças entre a gestão dos projetos feita pelas empresas prestadoras de serviços de ATER e quando essa gestão foi feita pelas organizações da sociedade civil. As organizações sociais vivem nesses locais, conhecem essas realidades e são cúmplices desses processos. Enquanto os profissionais são transitórios, temporários e, muitas vezes, alheios aos processos endógenos. O estudo das experiências estudadas permite afirmar que a construção de uma proposta de política pública de Extensão Rural Agroecológica deve ter sua gestão política coordenada pelas organizações sociais e não pelos profissionais de ATER ou suas empresas. Estes podem e devem fazer parte, mas nas ações de assessoramento, facilitação e organização, mas as decisões finais devem ser dos colegiados locais e territoriais.

7 REFERÊNCIAS

ARL, V.; DAMBRÓS, O. **Da Assistência Técnica e Extensão Rural à construção Social do Conhecimento**: um desafio para o desenvolvimento local sustentável. Laranjeiras do Sul, PR: Editora CEAGRO, 2012, 541 p.

ALTIERI, M. A. El estado del arte de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.): **Agricultura y Desarrollo Sostenible**. Madrid: MAPA. 1995, p. 151-203.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, MDA/SAF/Dater, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

BUTTEL, F. H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. In: **Agricultura y Sociedad**, nº 74 (Enero-Marzo). p. 9-37, 1995.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os Limites à prática dos Extensionistas do Serviço Público**. 1991. 133f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 1991.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R. Extensão Rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICH, R. H. R. et al. **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014, p. 19-48

CAPORAL, F.R. Poderá a Agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade? In: **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 11, n.4, p.390-402, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência”. In: **Rev. Reforma Agrária**, nº 3, vol. 24, set/dez/. Campinas: ABRA, p. 70-90, 1994.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: MONTEIRO, D. C. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém, Editora da UFPA: NAEA, 2006, p. 27-50.

DAMBRÓS, O. **Extensão Agroecológica Desenvolvida Através de Redes Locais de Organizações da Agricultura Familiar e Camponesa no Estado do Paraná**. 2014. 583f. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Agroecologia) Universidade de Córdoba, Espanha. Córdoba, 2014.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 13ª Edição Editora Paz e Terra, São Paulo, 2006.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Algunas notas sobre Agroecología y Política. In: **Agroecología**, v. 6, Universidad de Murcia, Espanha, p. 9-21, 2012.

HECHT, S. B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (1989): **Agroecologia: As bases científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989, p. 25-41.

HEINBERG, R. **Cinco axiomas da sustentabilidade**. (Tradução de MJS), 12/03/2007. Disponível em: <http://www.globalpublicmedia.com/articles/851>. Acesso em: 21 de julho de 2013. 10p. [Original publicado em MuseLetter #178. February, 2007.

Disponível em: <http://richardheinberg.com/178-five-axioms-of-sustainability> Acesso em: 8 de dez. 2016.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 42-48, 1989.

SÁNCHEZ DE PUERTA, F. **Extensión Agraria y Desarrollo Rural**. Madrid: MAPA, 1996, 551p.

SEVILLA-GUZMÁN, E. El Marco Teórico de la Agroecología. In: **Materiales de Trabajo del Curso de Agroecología y Conocimiento Local**. Universidad Internacional de Andalucía, sede de La Rábida, del 16 al 20 de enero de 1995, p. 3-28.

SEVILLA GUZMÁN, E.; ALONSO MIELGO, A. Sobre el discurso ecotecnocrático del desarrollo sostenible para los ricos y la respuesta agroecológica. In: **Materiales de trabajo del curso Agroecología y Conocimiento Local**. Programa de Doctorado Agroecología, Campesinado e Historia. Córdoba-Espanha: Universidad de Córdoba, 1995, p.70-140.

FRANCISCO ROBERTO CAPORAL. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. caporalfr@gmail.com

OLIVO DAMBRÓS. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. olivodambros@utfpr.edu.br

Submetido em: 15/03/2017

Aprovado em: 13/04/2017